



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE TOCANTINÓPOLIS
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO INFANTIL**

RAIOLENE MATOS LEAL MARINHO

**LEITURA E ESCRITA NA EDUCAÇÃO INFANTIL:
DELINEANDO AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS A PARTIR DOS
DOCUMENTOS OFICIAIS RCNEI, DCNEI E BNCC.**

Tocantinópolis/TO

2022

RAIOLENE MATOS LEAL MARINHO

LEITURA E ESCRITA NA EDUCAÇÃO INFANTIL:
DELINEANDO AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS A PARTIR DOS
DOCUMENTOS OFICIAIS RCNEI, DCNEI E BNCC.

Artigo apresentado no Curso de Especialização em Educação Infantil (CEEI), ofertado pela Universidade Federal do Tocantins (UFT), Campus de Tocantinópolis, para obtenção de título de especialista, sob orientação da Prof.^a Dr.^a Francisca Rodrigues Lopes.

Tocantinópolis/TO

2022

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins

M3381 M3381, Rniolene Matos Leal .
Leitura e Escrita na Educação Infantil: Delimitando as práticas pedagógicas a partir dos documentos oficiais PNEI, DCNEI e BNCC. / Rniolene Matos Leal M3381. — Tocantinópolis, TO, 2022.

Artigo de Especialização - Universidade Federal do Tocantins – Câmpus
Universitário de Tocantinópolis - Curso de Pós-Graduação em Educação
Infantil, 2022.

Orientador Francisca Rogéria Lopes

1. Leitura. 2. Escrita. 3. Educação infantil. 4. Documentos oficiais. I. Título

CDD 370.10*42

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS — A reprodução total ou parcial, de qualquer
forma ou por qualquer meio de st e do ementário é autorizada desde que citada a fonte.
A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estatalecido pelo artigo 184
do Código Penal.

**Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os
dados fornecidos pelo(a) autor(a).**

RAIOLENE MATOS LEAL MARINHO

**LEITURA E ESCRITA NA EDUCAÇÃO INFANTIL:
DELINEANDO AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS A PARTIR DOS
DOCUMENTOS OFICIAIS RCNEI, DCNEI E BNCC.**

Artigo apresentado no Curso de Especialização em Educação Infantil, ofertado pela Universidade Federal do Tocantins (UFT), Campus de Tocantinópolis. Foi avaliado para a obtenção do título de especialista e aprovada em sua forma final pelo Orientador e pela Banca Examinadora.

Orientadora da Prof.^a: Dr.^a Francisca Rodrigues Lopes.

Data de Aprovação _16_/_08_/_2022_

Banca Examinadora:

Francisca Rodrigues Lopes

Profa. Dra. Francisca Rodrigues Lopes (Orientadora), UFNT

Marilene Soares da Silva

Profa. Doutoranda Marilene Soares da Silva, UFNT

Tocantinópolis/TO, 2022

RESUMO

O presente estudo tem por intenção delinear as orientações acerca das práticas de leitura e escrita no contexto da educação infantil, à luz de documentos institucionais como RCNEI, DCNEI e BNCC. O trabalho tem caráter bibliográfico uma vez que se fará mediante a leitura e análise do que apontam esses documentos sobre os primeiros contatos da criança com a leitura e escrita. Todavia, compreendemos que esse contato da criança se faz mediante as interações que antecedem o ingresso nas instituições de Educação Infantil, e que seu interesse, participação e envolvimento com esses processos resultam da qualidade das interações que são ofertadas. Constatamos nas leituras que as direções encontradas nos três documentos nos levam a experiências de leitura e escrita que decorrem de interações prazerosas, leves permeada de significados e representações para a criança, distantes de práticas mecânicas baseadas em repetições desprovidas de significados e que não fazem nenhum sentido no desenvolvimento, aprendizagem e encanto pelo mundo da leitura e escrita.

Palavras-chave: Leitura. Escrita. Educação Infantil.

ABSTRACT

The present study intends to outline the guidelines on reading and writing practices in the context of early childhood education, in the light of the institutional documents RCNEI, DCNEI and BNCC. The work has a bibliographic character since it will be done through the reading and analysis of what these documents point out about the child's first contacts with reading and writing. However, we understand that this contact of the child is made through the interactions that precede the entry into the Early Childhood Education institutions, and that their interest, participation and involvement with these processes result from the quality of the interactions that are offered. We found in the readings that the directions found in the three documents lead us to reading and writing experiences that result from pleasant interactions, light permeated by meanings and representations for the child, far from mechanical practices based on repetitions devoid of meaning and that make no sense. in the development, learning and enchantment of the world of reading and writing.

Keywords: Reading. Writing. Child education.

SUMÁRIO

- 1 NOTAS INTRODUTÓRIAS Erro! Indicador não definido.
- 2 LEITURA E ESCRITA NA EDUCAÇÃO INFANTIL SOB O OLHAR DE DOCUMENTOS INSTITUCIONAIS Erro! Indicador não definido.
 - 2.1 Como o RCNEI norteia suas práticas? Erro! Indicador não definido.
 - 2.2 As DCNEI e suas orientações práticas Erro! Indicador não definido.
 - 2.3 O lugar da educação infantil na BNCC..... Erro! Indicador não definido.
- 3 CONSIDERAÇÕES FINAIS Erro! Indicador não definido.
- 4 REFERÊNCIAS Erro! Indicador não definido.

1. NOTAS INTRODUTÓRIAS

Pensar a alfabetização e Letramento na Educação Infantil (EI), parece antecipação e até atribuição de um caráter preparatório para os anos posteriores, que muitos documentos e estudiosos, através de seus escritos, tentam ressignificar tal discurso, compreendendo que existe uma continuidade nos processos entre as etapas da educação básica. Todavia, a organização curricular e as práticas educativas devem centrar seus esforços e planejamento em aspectos específicos do público atendido, no caso a criança, e da forma como esse desenvolvimento ocorre.

Para início de conversa, vamos manter nosso olhar sobre o conceito dos termos Alfabetização e Letramento, qual as proximidades e desencontros desses, para tanto nos pautamos inicialmente, no conceito proposto pela autora Magda Soares (2006) que os define da seguinte forma:

Letramento é, pois, o resultado da ação de ensinar e aprender a ler e escrever: o estado ou a condição que adquire um grupo social ou um indivíduo como consequência de ter-se apropriado da escrita. [...] Já alfabetizado nomeia aquele que apenas aprendeu a ler e escrever, não aquele que adquiriu o estado ou a condição de quem se apropriou da escrita, incorporando as práticas sociais que as demandam (SOARES, 2006, p. 18).

Diante do exposto, entendemos que esses processos se completam, uma vez que um consegue levar ao domínio técnico enquanto o outro atribui sentido, eles promovem o indivíduo a um novo patamar em caráter social, propiciando uma nova condição de vida, não somente como alguém que domina mecanicamente, todavia aquele que se apropria desses e consegue utilizar com significado e desenvoltura na vida cotidiana. Não tem como pensarmos em letramento e alfabetização como processos separados, embora tenham suas especificidades que, por sinal, não devem ser ignoradas ou perdidas no ato de alfabetização. A referente autora nos reafirma a simultaneidade e caráter complementar desses dois processos como podemos ver na seguinte citação:

Dissociar alfabetização e letramento é um equívoco porque, no quadro das atuais concepções psicológicas, lingüísticas e psicolingüísticas de leitura e escrita, a entrada de crianças (e também do adulto analfabeto) no mundo da escrita ocorre simultaneamente por esses dois processos: pela aquisição do sistema convencional de escrita – a alfabetização – e pelo desenvolvimento de habilidades de uso desse sistema em atividades de leitura e escrita, nas práticas sociais que envolvem a língua escrita - o letramento. (SOARES, 2006, p. 18).

Conforme Kleiman (2010, p.11) "O letramento não é alfabetização, mas a inclui!". Acrescenta ainda que o letramento se conceitua como algo que responde ao uso da língua escrita

em todos os ambientes, não apenas na escola, o que denota a intrínseca relação entre esses processos de uma forma que a complementariedade se traduz concretamente.

É nosso desejo, pensar esses primeiros contatos com a leitura e escrita na primeira etapa da educação básica, isto é, Educação Infantil, considerando algumas questões como: O que tem sido proposto nos referenciais que têm orientado essa etapa da educação básica quando falamos de leitura e escrita? É possível pensar em alfabetização e letramento sem perder de vista os eixos estruturantes e as experiências propostas para o desenvolvimento da criança? Como tem se manifestado essas iniciativas, que segundo a BNCC deve primar pelas experiências e iniciativas de leituras e escritas espontâneas?

O interesse pelo estudo em questão se deu primordialmente pelo constante embate entre as orientações dos documentos que norteiam a Educação Infantil, quanto o processo de construção da leitura e escrita, e o que é almejado pelas instituições e concretizado nas práticas de muitos educadores, promovendo experiências em caráter mais mecânico e técnico destituindo o sentido maior que envolve esse processo e sua função social, atribuindo a educação infantil um caráter preparatório para os anos posteriores.

Aqui, propomos refletir sobre esse processo, em como tem se configurado os primeiros contatos da criança com o mundo da leitura e da escrita, esse propósito se construirá a partir de análise das orientações dos documentos que norteiam e normatizam os caminhos que a Educação Infantil deve percorrer como etapa da educação básica, fazendo um recorte dos três principais documentos (para o nosso trabalho), o Referencial Curricular Nacional da Educação Infantil(RCNEI), as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil-DCNEI e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

A BNCC, quando trata da educação infantil, em conformidade com os outros documentos, desponta não apenas com novas nomenclaturas e divisões de faixa etária, mas traz à tona, e de modo mais incisivo, aspectos já considerados essenciais, focando nos eixos estruturantes *interações e brincadeiras*, um princípio bem conhecido pelo docente da Educação Infantil, reforça a importância dada ao protagonismo da criança nas experiências e situações de aprendizagens propostas.

O estudo se dará mediante uma investigação a partir do levantamento bibliográfico e análise documental de três importantes documentos institucionais: o RCNEI, as DCNEI e a BNCC que normatizam a Educação Infantil, observando para suas orientações quanto as

práticas e os primeiros contatos da criança com a leitura e escrita, buscando situar como tem se desenhado essas orientações nesses documentos.

Dessa forma, o trabalho está organizado em cinco seções intituladas: **Leitura e Escrita na Educação Infantil sob o olhar de Documentos Institucionais**; **Como o RCNEI norteia suas práticas?** **As DCNEI e suas orientações práticas**; **O lugar da Educação Infantil na BNCC**. Apresentamos um breve panorama do que trata os referentes documentos e os objetivos específicos de cada um, atentando, sobretudo, para as orientações acerca das primeiras experiências da criança com a leitura e escrita verificaremos que experiências esses documentos indicam, mesmo que de modo subjacente, como propõe que essas ocorram, considerando pontos essenciais como a concepção de criança, infância, os eixos estruturantes, a organização dos próprios documentos quanto a faixa etária enfim como poderíamos pensar sobre as práticas de leitura e escrita nessa primeira etapa da educação básica. Finalizamos com as considerações, após análise do que foi encontrado sobre as práticas de leitura e escrita na Educação Infantil que já podemos apontar para experiências dotadas de sentidos, significados e prazerosas a margem de práticas mecânicas.

2. LEITURA E ESCRITA NA EDUCAÇÃO INFANTIL SOB O OLHAR DE DOCUMENTOS INSTITUCIONAIS

Pensar acerca dos primeiros contatos da criança com o processo de leitura escrita na educação infantil, nos reafirma a ideia de que a Educação Infantil tem um potencial espaço para que os processos de construção de leitura e escrita, e até a alfabetização e letramento ocorram de forma natural, claro que precedido de ação intencional e planejamento de leituras e escritas espontâneas já apontadas na BNCC, sem compreender esse momento como preparatório para o ensino fundamental, mas considerando a continuidade que envolve essas etapas e seus processos.

Todavia é importante fazer uma reflexão sobre as orientações dessas práticas à luz dos documentos que orientam e legitimam a Educação Infantil, com esse intuito fizemos um recorte em três importantes documentos institucionais orientadores e normativos da primeira etapa da educação básica, tais como: O Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI); As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), os quais serão trabalhados nesta sequência.

2.1. Como o RCNEI norteia suas práticas?

O Referencial Curricular Nacional da Educação Infantil (RCNEI), um documento criado pelo Ministério da Educação (MEC) e teve sua primeira versão lançada em 1998. É composto por três volumes: 1) Introdução; 2) Formação Pessoal e Social; 3) Conhecimento do Mundo.

Aqui já encontramos possibilidades para execução da ideia inicial desse estudo, que é delinear as orientações quanto às práticas de leitura e escrita na Educação Infantil a partir desses documentos oficiais. O RCNEI como dito anteriormente, se divide em três volumes organizados da seguinte forma:

Um documento Introdução, que apresenta uma reflexão sobre creches e pré-escolas no Brasil, situando e fundamentando concepções de criança, de educação, de instituição e do profissional, que foram utilizadas para definir os objetivos gerais da educação infantil e orientaram a organização dos documentos de eixos de trabalho que estão agrupados em dois volumes relacionados aos seguintes âmbitos de experiência: **Formação Pessoal e Social** e **Conhecimento de Mundo**.

- Um volume relativo ao âmbito de experiência Formação Pessoal e Social que contém o eixo de trabalho que favorece, prioritariamente, os processos de construção da **Identidade e Autonomia** das crianças.

- Um volume relativo ao âmbito de experiência Conhecimento de Mundo que contém seis documentos referentes aos eixos de trabalho orientados para a construção das diferentes linguagens pelas crianças e para as relações que estabelecem com os objetos de conhecimento: **Movimento, Música, Artes Visuais, Linguagem Oral e Escrita, Natureza e Sociedade e Matemática**. (BRASIL, 1998, v.1 p.7).

A partir da organização apresentada, já podemos notar que apesar de buscarmos conhecer todo o documento através de leituras, o volume três pode nos ajudar a responder a questão inicial do trabalho que trata de identificar as orientações, quando menciona a divisão por eixos e intitula um por Linguagem Oral e Escrita. O documento já aciona algumas luzes quanto ao seu papel em termos de orientações e referências quanto às práticas pedagógicas de qualidade que possibilitem trabalhar com as crianças considerando o seu exercício de cidadania, ou seja, compreendendo a criança enquanto um cidadão de direitos. Assim, já aborda alguns princípios que devem direcionar as experiências ofertadas neste exercício.

Como um importante aliado em orientações voltadas às práticas dos educadores da Educação Infantil, que acabara de ser institucionalizada com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional com a Lei 9.394/96, promulgada em 1996, reconhecendo a Educação Infantil como a primeira etapa da educação básica, as orientações orquestradas na tentativa de superar o caráter assistencialista que prevalecia, integrando de forma harmoniosa o ato de cuidar

e educar, e também substituir a visão equivocada dessa etapa como campo preparatório para os anos posteriores, como podemos ver na citação a seguir

Ele representa um avanço na educação infantil ao buscar soluções educativas para a superação, de um lado, da tradição assistencialista das creches e, de outro, da marca da antecipação da escolaridade das pré-escolas. (BRASIL, 1998, v.1 p.5).

Na estrutura do documento para abordar o desenvolvimento da leitura e escrita, Linguagem Oral e Escrita são tratados em tópicos separados, embora façam menção da constante aproximação e distanciamento entre as fases e as práticas nos dois processos, um ponto bem interessante é sobre o contato constante da criança com essas linguagens e a apropriação pelo fator necessidade seja de comunicação, expressão de vontade e sentimentos, o que mostra que ambos são adquiridos pelo sentido que recebem pela criança.

Sabe-se, também, que as hipóteses elaboradas pelas crianças em seu processo de construção de conhecimento não são idênticas em uma mesma faixa etária, porque dependem do grau de letramento de seu ambiente social, ou seja, da importância que tem a escrita no meio em que vivem e das práticas sociais de leitura e escrita que podem presenciar e participar. (BRASIL, 1998, p.128).

As discussões levantadas e as referências nos proporcionam inúmeras questões quando falamos das práticas pedagógicas, e destacamos aqui, as concepções que o educador tem sobre aspectos simples do cotidiano da Educação Infantil, da importância dada às situações de aprendizagens provocadas pelo educador e levantadas pelas crianças nas experiências vivenciadas em sala, que se constituem em uma conflituosa relação de erros e acertos, o que o próprio documento afirma ser algo esperado sinalizando ao educador o momento evolutivo em que a criança se encontra.

O documento traz importantes destaques quanto a forma como se processa esse contato com a leitura e escrita na educação infantil delineando algumas práticas mais frequentes, como a visão de que a linguagem oral se materializa em situações em que o desenvolvimento é natural conforme a própria maturação biológica da criança, ou de entender a intervenção precisa do adulto como algo determinante no qual envolve uma aprendizagem destituída de um sentido e contexto significativo para a criança fazendo uso de banco de palavras, dispensando qualquer ação e resposta interativa da própria criança. Um caminho adotado é a roda de conversa que embora apresente uma ótima tática, na realidade se traduz em um monólogo, momento meio que automático onde o adulto fala e as crianças se manifestam apenas quando solicitadas.

O trabalho com a escrita proposto pelo documento não é muito diferente, alguns acreditam que as habilidades motoras e intelectuais que precedem a leitura e escrita resulta da

maturação biológica, outros compreendem que existe forte ligação com os estímulos externos que auxiliam no desenvolvimento da criança assim a adoção das práticas tem se concretizado como momento preparatório para os anos seguintes, manifestando o contato através de atividades de coordenação motora definido como exercícios mimeografados, pontilhados e ligar elementos gráficos similares.

Conforme o RCNEI outra prática comum nesses primeiros contatos é a cópia das vogais e consoantes, ou seja, a identificação, tentativa de escrita e associação dos sons as letras, em um processo que requer repetição e memorização, o que já denota muita falta de sentido para criança, com toda certeza uma atividade descontextualizada e bem desgastante, distante dos princípios mais básicos do trabalho nessa etapa.

Nas atividades de ensino de letras, uma das seqüências, por exemplo, pode ser: primeiro uma atividade com o corpo (andar sobre linhas, fazer o contorno das letras na areia ou na lixa etc.), seguida de uma atividade oral de identificação de letras, cópia e, posteriormente, a permissão para escrevê-la sem copiar. Essa concepção considera a aprendizagem da linguagem escrita, exclusivamente, como a aquisição de um sistema de codificação que transforma unidades sonoras em unidades gráficas. As atividades são organizadas em seqüências com o intuito de facilitar essa aprendizagem às crianças, baseadas em definições do que é fácil ou difícil, do ponto de vista do professor. (BRASIL, 1998, p.120).

O documento traz o conteúdo de novas pesquisas que, ao analisar as produções das próprias crianças e das práticas vivenciadas, mostram uma nova concepção de criança, o que induz a novas formas de pensar a construção do conhecimento. Com isso, reconhece que a criança é um sujeito que participa ativamente dessa construção modificando de maneira excepcional o modo como se enxerga o processo de aprender a falar, ler e escrever.

O RCNEI, baseado em pesquisas na área de linguagem, também afirma que o *Letramento* está diretamente associado aos processos de construção do discurso oral e escrito, uma vez que desde muito cedo, antes mesmo de ir para as instituições de EI, a criança já mantém um constante contato com a leitura e escrita, através dos mais diversos portadores de textos que se encontram em casa, na rua da comunidade, na igreja, enfim, em todos os ambientes que a mesma reside. Esses objetos têm um significado na vida das crianças, pois trazem memórias e significações resultadas do seu contato social que, como próprio documento afirma, a criança não precisa da autorização de um adulto para pensar sobre esses processos e seus usos, dessa forma, não tem como pensar na prática de leitura e escrita destituída de representações como algo mecânico. Assim suas representações e usos para se expressar e entender o mundo são construídas em meio a uma cultura específica em que a criança estar inserida, como afirma Lopes (2005).

As crianças vão adquirindo e utilizando a linguagem oral de acordo com seu ritmo e até da cultura em que estão inseridas. Aprender a falar consiste em uma série de aquisições por parte da criança, entre elas a memorização dos sons e das palavras, o significado de algumas palavras e como ela interage com as pessoas e com o mundo. Assim vão criando formas particulares de expressão oral dentro de sua lógica e maturidade, enfim implica em uma capacidade simbólica que elas têm para enunciar e se fazer entender. (LOPES, 2005, p. 38).

É destacado que o intenso contato com a leitura e escrita na educação infantil aponta para o progresso no desenvolvimento e importância dada pela criação a essas interações, o que vai alimentar a sua curiosidade quanto a esses processos e sua construção, acrescenta que a importância dada a esses contatos no seio familiar, a qualidade e frequência nas interações com a escrita determina o nível de interesse da criança pelo mesmo.

Conforme o documento, é necessário que tenha sentido, significado e, isso é atribuído quando a criança consegue perceber a participação e o uso nas diversas práticas sociais de escrita. A sensibilidade e atenção para as construções da criança se torna um importante aliado para o educador, uma vez que indica o olhar particular da criança, o seu nível de envolvimento, significado e desenvolvimento em que se encontra nesse processo.

A constatação da construção de hipóteses e atribuição de significados dados pela criança nas interações com a escrita aponta para uma importante conclusão dada pelo próprio documento quando diz que “Essa concepção supera a ideia de que é necessário, em determinada idade, instituir classes de alfabetização para ensinar a ler e escrever. Aprender a ler e a escrever fazem parte de um longo processo ligado à participação em práticas sociais de leitura e escrita.” (BRASIL, 1998, p.123).

É possível afirmar que, de acordo com esse documento que os primeiros contatos devem se materializar com momentos de interações cheios de significados, distantes de qualquer prática mecânica, em que a atividade, conhecimento e envolvimento da criança devem ser vistos como um ponto de partida, ou seja as interações vividas por ela estarão definindo os níveis de curiosidade, significado e valor atribuído a leitura e escrita, ressaltando que é o ponto de partida para intervenções e propostas que estimulem o interesse e a participação de todos, inclusive daqueles que não foram bem estimulados através do contato com esses processos, promovendo e garantindo o direito a exercer os seus direitos.

2.2 As DCNEI e suas orientações práticas.

O segundo documento oficial a ser trabalhado para atingir o propósito inicial são as Diretrizes Curriculares para a Educação infantil (DCNEI), fixadas com a Resolução nº 5, de 17 de dezembro de 2010, que já de início traz apontamento sobre práticas na Educação Infantil que fortaleçam o processo de aprendizagem, se encontrando com ideias já abordadas no RCNEI. Quando falamos da relação entre Educação Infantil e Ensino Fundamental, que mais uma vez nos traz a importância de se ter clareza que existe uma continuidade nos processos de aprendizagem entre as etapas, no entanto a primeira não deve ficar refém do que se espera na segunda etapa, deve sim trabalhar as habilidades e almejar as competências necessárias para que o avanço e progresso se materialize nos anos posteriores, sobretudo quando falamos da leitura e escrita e suas práticas que não devem ser propostas de maneira mecânica no sentido de domínio de códigos, mas pensar no sentido maior que envolve usos e sentidos nas diversas situações sociais.

Em especial, têm se mostrado prioritárias as discussões sobre como orientar o trabalho junto às crianças de até três anos em creches e como assegurar práticas junto às crianças de quatro e cinco anos que prevejam formas de garantir a continuidade no processo de aprendizagem e desenvolvimento das crianças, sem antecipação de conteúdos que serão trabalhados no Ensino Fundamental. (BRASIL, 2010, p.7).

A autora Fulgraff (2014) é enfática ao afirmar que práticas técnicas que não considerem as condições essenciais para apropriação do processo de escrita contribuem para uma experiência que produz o oposto do que se é esperado.

Assim sendo, desaconselhamos o uso destas práticas/técnicas de escrita na educação infantil, tendo em vista que, ao enfatizar o aspecto técnico, de forma antecipada em relação as bases necessárias à sua apropriação efetiva, a experiência da escrita vai se tornando, de forma precoce, uma experiência contraproducente. (FULGRAFF,2014, P.70).

Tais diretrizes apontam para a importância de pensar esses primeiros contatos com a leitura e escrita dentro da linguagem verbal que se inserem nos diferentes bens culturais, compreendendo que a criança tem garantias com relação ao acesso a espaços culturais e aos diversos bens culturais.

É frisado que, o que foi dito, vem de encontro com a nossa preocupação nesse estudo, que apesar das crianças demonstrarem enorme interesse desde muito cedo pelo mundo da leitura e escrita, antes mesmo de ingressarem nas instituições infantis, quando falamos da linguagem escrita, que ainda persiste certa incompreensão e incoerência na forma como essa temática tem

sido pensada nesses espaços e com essa faixa etária, enfim na educação infantil. Como podemos ver na citação a seguir:

O que se pode dizer é que o trabalho com a língua escrita com crianças pequenas não pode decididamente ser uma prática mecânica desprovida de sentido e centrada na decodificação do escrito. Sua apropriação pela criança se faz no reconhecimento, compreensão e fruição da linguagem que se usa para escrever, mediada pela professora e pelo professor, fazendo-se presente em atividades prazerosas de contatos com diferentes gêneros escritos, como a leitura diária de livros pelo professor, a possibilidade da criança desde cedo manusear livros e revistas e produzir narrativas e “textos”, mesmo sem saber ler e escrever. (BRASIL, 2013, p. 94).

Nas DCNEI, ao tratar das práticas pedagógicas que dão corpo a Educação Infantil, podemos destacar um princípio importante, quando falamos do contato com leitura e escrita nessa fase que não pode de modo algum se desvencilhar dos eixos estruturantes *interações e brincadeiras* o que nos mostra que se distancia de qualquer proposta mecânica e regada a situações que provoquem na criança desprazer em experimentar o encantador mundo de descoberta do ato de ler e escrever, esse momento deve se materializar através de experiências narrativas, em que a criança aprecie e interaja com os mais diversos suportes e gêneros textuais sejam orais ou escritos (BRASIL, 2010, p. 25).

Outro fator importante a ser considerado, pelo documento em questão, é a ressalva quanto ao transição de Educação Infantil para o Ensino Fundamental deixando claro a necessidade de continuidade no processo de aprendizagem considerando as particularidades etárias das crianças e a importância de não adiantar conteúdos dos anos seguintes, acordamos que é possível visualizar em algumas atuações docentes uma preocupação com o ano seguinte se traduzindo em práticas incoerentes com o que é orientado nesse documento.

As DCNEI nos direcionam de forma mais geral quanto a organização da Educação Infantil, trazendo importantes conceitos e concepções que podem nos nortear quanto às práticas pedagógicas propostas, nos trazendo pontos essenciais que norteiam essa etapa, com um olhar mais atento e uma leitura minuciosa encontramos elementos que podem encorpar de que práticas falamos quando pensamos em leitura e escrita ainda na Educação Infantil, uma vez que seu objetivo é levantar pontos a serem considerados quando falamos da organização de propostas pedagógicas para Educação Infantil e entendemos que esses direcionamentos vai nos levar a construir um desenho do que poderia ser pensado quanto ao processo de leitura e escrita.

4. O lugar da Educação Infantil na BNCC.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é o terceiro documento que vamos analisar quanto ao processo de construção de leitura e escrita na Educação Infantil. Com um olhar mais geral e definição encontrada na própria base pode ser entendida como:

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica. (BRASIL, 2016, p. 7).

A BNCC, com esse propósito, está bem dividida por modalidades e etapas, no caso específico da E.I. tem como eixos estruturantes as *interações e a brincadeira* e estar organizada por cinco campos de experiências: **O eu, o outro e o nós, Corpo, gestos e movimentos, Traços, sons, cores e formas, Escuta, fala, pensamento e imaginação, Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações** os quais cada um tem seus objetivos de desenvolvimento e aprendizagem conforme a divisão por faixa etária: Bebês (zero a 1 ano e 6 meses) Crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses) Crianças pequenas (4 anos a 5 anos e 11 meses), destacando que é essencial que haja flexibilidade e abertura nas práticas pedagógicas para adaptações uma vez que existem diversidade nos ritmos nas aprendizagens e desenvolvimento das crianças (BRASIL, 2016, p. 44).

Em consonância com os documentos já mencionados, a BNCC também demonstra preocupação com a transição entre a EI e o Ensino Fundamental, pontuando que é essencial que haja um equilíbrio e um acolhimento da criança e toda a bagagem que ela traz da etapa anterior, compreendendo que existe uma continuidade nos processos para a construção de novas aprendizagens, superando a ideia equivocada de que a EI é uma etapa preparatória para os anos subsequentes. Nesse sentido, para que ocorra uma passagem sem tantos transtornos “Torna-se necessário estabelecer estratégias de acolhimento e adaptação tanto para as crianças quanto para os docentes, de modo que a nova etapa se construa com base no que a criança sabe e é capaz de fazer, em uma perspectiva de continuidade de seu percurso educativo”.

O texto da base, quando falamos de Leitura e escrita, que se encontra no campo de experiência *Escuta, fala, pensamento e imaginação* aponta que esse momento deve ocorrer de modo mais leve, natural e espontâneo, sem desconsiderar a intencionalidade do processo e do professor ao proporcionar essas experiências, em consonância com os documentos anteriores afirma ainda que o contato da criança com a leitura e escrita inicia bem antes de ingressar na

educação básica, ainda no seio familiar a mesma tem suas primeiras interações com esse fantástico mundo como podemos ver na citação a seguir.

Desde cedo, a criança manifesta curiosidade com relação à cultura escrita: ao ouvir e acompanhar a leitura de textos, ao observar os muitos textos que circulam no contexto familiar, comunitário e escolar, ela vai construindo sua concepção de língua escrita, reconhecendo diferentes usos sociais da escrita, dos gêneros, suportes e portadores. (BRASIL, 2017, p. 42).

Nesses termos, fica claro que não se pode ignorar o conhecimento que a criança traz de casa, o mesmo serve de base para construção de novos e sólidos conhecimentos, com o ato de ler e escrever não é diferente, é importante valorizar e conhecer como tem se dado esse contato e qual a relação estabelecida com esses processos. As experiências propostas pelo educador devem contemplar momentos prazerosos que atuam diretamente no desenvolvimento e envolvimento com a leitura e escrita.

Na Educação Infantil, a imersão na cultura escrita deve partir do que as crianças conhecem e das curiosidades que deixam transparecer. As experiências com a literatura infantil, propostas pelo educador, mediador entre os textos e as crianças, contribuem para o desenvolvimento do gosto pela leitura, do estímulo à imaginação e da ampliação do conhecimento de mundo. (BRASIL, 2017, p. 42).

O contato com a leitura e escrita induz a criança a levantar hipóteses acerca do processo de construção de escrita convencional, seu organizado sistema de código de escrita e ainda a função social da escrita dentro de um contexto maior, aqui nos remetendo a ideia de alfabetização e letramento, distante da ideia do alfabetizar como ato mecânico dotado de técnicas e destituído de sentido, ou seja, superando a ideia do simples domínio do código de escrita, entrando em um universo de sentido e significado na prática social que se remete ao alfabetizar letrando.

Nesse convívio com textos escritos, as crianças vão construindo hipóteses sobre a escrita que se revelam, inicialmente, em rabiscos e garatujas e, à medida que vão conhecendo letras, em escritas espontâneas, não convencionais, mas já indicativas da compreensão da escrita como sistema de representação da língua. (BRASIL, 2017, p. 42).

Diante da orientação da base, quanto às atividades propostas na educação infantil que envolvem a leitura e escrita, torna importante entendermos como seriam essas escritas espontâneas, se existe um conceito bem definido ou se é uma proposta a ser construída a partir de alguns elementos. É notório que a BNCC não traz aspectos mais precisos acerca da proposta quando apresenta o campo de experiência Escuta, Fala, Pensamento e Imaginação e o quadro de experiências almejadas nesse campo.

Os objetivos de aprendizagem e desenvolvimento propostos nesse campo de experiência, divididos por faixa etária apresentam situações relacionadas ao reconhecimento do próprio nome, expressão de sentimentos, vontades e opiniões, ou seja, a comunicação como forma de se relacionar com o mundo e com o outro, ocasionar o contato com diferentes gêneros textuais manipulando e desenvolvendo interesse pelo ato de ouvir, criar, contar e recontar histórias explorando ilustrações, entonações e gestos para tal, que promove momentos de interesse e envolvimento da criança. Quando se fala em escrita os objetivos são direcionados para as possibilidades do professor como escriba e tentativas da criança através de escritas espontâneas, o que denota práticas distantes de propostas mecânicas ou baseadas em treinos e repetições.

Diante da insuficiência nos resultados em algumas avaliações, em nível nacional e internacional, dos alunos e dos processos de alfabetização nos anos subsequentes a EI, falamos do ensino fundamental, podemos destacar a Avaliação Nacional de Alfabetização – ANA em que ficou claro o baixo rendimento e insuficiência no exame de proficiência em leitura, temos presenciado inúmeras estratégias para reverter esse quadro, uma que vale destacar e a Política Nacional de Alfabetização – PNA instituída pelo decreto nº 9.765, de 11 de abril de 2019 que objetiva reverter essa situação de insucesso, tendo como base referências científicas da ciência cognitiva, que definindo de modo mais genérico traz indícios da forma como o indivíduo aprende complementando a própria BNCC como podemos compreender a seguir.

Por isso a Política Nacional de Alfabetização pretende oferecer às redes e aos alunos brasileiros, por meio de programas e ações, a valiosa contribuição das ciências cognitivas, especialmente da ciência cognitiva da leitura. Uma política de alfabetização eficaz terá reflexos positivos não apenas na educação básica, mas em todo o sistema educacional do país. (BRASIL, 2019, p. 05).

Destacamos aqui a PNA por que ela traz no seu interior o termo que nos auxilia na compreensão de como deveriam ocorrer as experiências com a leitura e escrita na EI, que trata da Literacia entendida como

Literacia é o conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes relacionados à leitura e à escrita, bem como sua prática produtiva. Pode compreender vários níveis: desde o mais básico, como o da literacia emergente, até o mais avançado, em que a pessoa que já é capaz de ler e escrever faz uso produtivo, eficiente e frequente dessas capacidades, empregando-as na aquisição, na transmissão e, por vezes, na produção do conhecimento (MORAIS, 2014 *Apud* BRASIL, 2019, p. 21).

Essa *literacia emergente* diz muito sobre o que queremos encontrar nesse estudo uma vez que se baseia nos conhecimentos, habilidades e atitudes relacionadas a leitura e escrita que

se desenvolve em suas interações na família, comunidade e instituições de EI, servindo de base para os processos posteriores.

O documento aponta algumas práticas presentes nessa literacia emergente como: ouvir histórias lidas e contadas, cantar quadrinhas, recitar poemas e parlendas, interagir com materiais impressos (livros, revistas e jornais), como a reconhece algumas das letras, seus nomes e sons, tenta representá-las por escrito, identifica sinais gráficos ao seu redor, entre outras atividades de maior ou menor complexidade. Nesse contexto, literacia emergente envolve experiências e conhecimentos sobre a leitura e a escrita adquiridos de maneira lúdica e adequada à idade da criança, de modo formal ou informal, antes de aprender a ler e a escrever. (Brasil, 2019).

Essa proposta destoa de práticas mecânicas, destituída de sentido e significado para a criança, entendemos que esse espaço e essa fase pressupõe um grande potencial de desenvolvimento de habilidades necessárias para os processos posteriores, no entanto não podemos perder de vista como devem ocorrer e que princípios devem direcionar esse momento.

Vale ressaltar que comungamos com a ideia de que a leitura e a escrita não se encontram unicamente no campo de experiência mencionado anteriormente, embora tenha uma presença ainda mais acentuada neste, sabemos que o mesmo permeia todos os campos de experiências, uma vez que todos demandam desenvolver aspectos relacionados à expressão nas mais diversas linguagens, entre estas a oral e escrita.

Uma constatação que podemos relacionar entre os documentos e a ideia de que as experiências de aprendizagens devem envolver com o que a criança traz e que atribui significado, com o que é produzido nos contextos sociais, isto é, partir do conhecido ou pelo menos da curiosidade e necessidade de conhecer apresentada pela criança. Bem destacada por Fulgraff e Wiggers (2014), como base em Vigotsky, quando compreende que é partir do que é vivenciado que emergem a necessidade, isto é, as situações experienciadas pelas crianças na educação infantil devem partir da necessidade de comunicação e expressão. Isso faz com que a criança se interesse, atribuam sentido e desejo avançar nesse processo, uma vez que,

É importante que as práticas cotidianas na educação infantil usem a escrita em situações em que a leitura e escrita são de fato necessárias – escrever cartas a alguém que está distante, escrever bilhetes para os pais e fazer anotações junto com as crianças. Registrar por escrito, podendo também ilustrar com desenhos as regras de convivência construídas com o grupo, retomando-as sempre que necessário, sistematizar um diário dos acontecimentos e vivências do grupo no dia a dia, entre tantas outras possibilidades que procuram levar as crianças a perceber a relação entre escrita e fala. (FULGRAFF, 2014, p.72).

A citação acima, nos aponta alguns caminhos interessantes quanto à leitura e escrita com as crianças, ainda na educação infantil, em concordância com os apontamentos dos documentos. Uma vez que já conseguimos evidenciar que esse processo está totalmente distante de práticas em que se sustentam no conhecimento de letras soltas, sílabas, até chegar a formação de palavras e frases de forma mecânica. É preciso, portanto, dá lugar a esse processo de forma mais natural e espontânea. Mas isso deve se desenvolver com toda intencionalidade do processo, partindo da necessidade e curiosidade que forma a própria criança.

Podemos perceber uma linha tênue nesse processo, daí a necessidade de clareza, quanto a forma como deve ocorrer esse contato da criança com a leitura e escrita, considerando aspectos relacionados à concepção de infância, criança e desenvolvimento tão discutidos nas diferentes referências. É essencial reconhecer que a criança e o espaço da educação infantil é rico em oportunidades de vivenciar experiências incríveis que acolham o que a criança traz mesclando com o que faz parte do conhecimento sistematizado e historicamente construído. Nesse sentido a BNCC afirma que “Os campos de experiências constituem um arranjo curricular que acolhe as situações e as experiências concretas da vida cotidiana das crianças e seus saberes, entrelaçando-os aos conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural.” (BRASIL, 2017, p. 40).

CONSIDERAÇÕES FINAIS.

Não tivemos a intenção, nesse trabalho, de esgotar nosso estudo e reflexões sobre o tema e questões relacionadas, até porque não se trata do objetivo do escrito. Como exposto temos a pretensão de compreender quais as orientações alguns documentos oficiais como RCNEI, DCNEI e BNCC apresentam quanto aos primeiros contatos da criança com o processo de construção de leitura e escrita, no sentido de delinear as práticas pedagógicas apontadas direta ou indiretamente nestes referenciais.

Ao primeiro olhar encontramos muitos elementos que serviram de norte para produção escrita do trabalho, aqui expusemos alguns achados de forma, ainda, genérica e superficial. Entendemos que os documentos escolhidos têm uma linha temporal e espacial histórica que, de alguma forma, os tornam próximos e sequenciais a todo momento. pontuamos aqui o fato dos três destacarem a importância da continuidade no processo de aprendizagem, na transição entre a EI e o Ensino Fundamental sem perder de vista as especificidades de cada etapa.

É possível, desenvolver habilidades relacionadas a leitura e escrita na EI. Para isso, o que deve ser considerado primordialmente são as formas como tem se dado esse processo, os documentos comungam da interação com significado, com tentativas espontâneas, algo natural uma vez que a interação com esse mundo ocorre muito antes de ingressar nessas instituições, A qualidade, o interesse e valor atribuído pela criança será resultante da participação em momentos prazerosos ou não com a leitura e escrita, do que lhe será ofertado pelo educador dentro do espaço educativo se valendo de estratégias que criem prazer e interesse por esse mundo.

Acordamos que diante das mais diversas práticas pedagógicas encontradas, quanto ao contato da criança com a leitura e a escrita nas quais tendo como fundamento a ideia equivocada da EI enquanto etapa preparatória para o ensino fundamental, ainda cabe um olhar atento ao que é ofertado e o que é esperado, quando falamos de experiências e aprendizagens significativas observando a singularidade dessa etapa. Embora as etapas citadas estejam intimamente ligadas, no sentido de continuidade, é essencial reconhecer que diante das novas concepções de criança, infância, educação e cuidado, para essa faixa etária, as práticas devem ser direcionadas, planejadas e executadas em um contexto que tenha como centralidade a criança e o seu desenvolvimento.

Diante do exposto podemos perceber que algumas práticas mencionadas no RCNEI ainda persistem até os dias de hoje. Importa considerar que esse documento foi construído há mais de duas décadas, mas provavelmente se a proposta desse estudo fosse refletir sobre a concepção dos educadores e como tem se materializado suas práticas de leitura e escrita na EI, certamente se distanciariam do que é esperado para essa etapa.

Parece precoce, mas talvez essa falta de clareza, quanto ao processo dos primeiros contatos da criança com a leitura e a escrita, acarrete compreensões e ações diversas por parte das instituições e educadores. Por vezes partem de uma ideia mais leve e natural, ainda que atribuam importância, outras vezes atuam de forma mecânica e até inflexível, compreendendo que a etapa seguinte necessita desse trabalho mais rígido e diretivo, no sentido de contribuir para redução do dito fracasso escolar, que em outras palavras se traduziria na frágil ou ineficiente alfabetização e letramento dos anos subsequentes.

Por fim, a partir do nosso humilde olhar foi possível perceber que pensar acerca das experiências de leitura e escrita na educação infantil, constitui partir de um processo leve, natural, prazeroso e cheio de significado, através de interações bem planejadas e com

intencionalidade bem clara por parte do educador. Esse momento está distante de práticas mecânicas, técnicas e com interações sem significado para a criança.

A escrita induziu a curiosidade por uma investigação das práticas que têm sido operacionalizadas nas instituições de EI, buscando conhecer como o educador entende esses primeiros contatos da criança com a leitura e escrita e ainda se o olhar está centrado no sujeito 22 desse processo, neste caso a criança, nas garantias sustentadas pelos documentos que legitimam essa etapa ou nas expectativas dos anos posteriores.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdfOL

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria da Educação Básica. Resolução no 5, de 17/12/2009 - **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb005_09.pdf Acesso em: 13 de julho de 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica**. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica**. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.

BRASIL. MEC/SEF. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**. Brasília, DF: MEC/SEF, 1998.

FULLGRAF, Jodete; Wiggers, Verena. **Educação infantil: projetos e práticas pedagógicas**. Brasília: Liber Livros, 2014.

KLEIMAN, Ângela B. **Preciso ensinar o letramento? Não basta ensinar a ler e escrever?** Cefiel/Unicamp, 2010.

LOPES, Francisca Rodrigues. **Referenciais Curriculares para o trabalho em Educação Infantil: Uma análise do documento**. Texto original de 07 de junho de 2005.

RINALDI, Carlina. **O currículo emergente e o construtivismo social**. In: EDWARDS, Carolyn; GANDINI, Lella; FORMAN, George (Orgs). *As cem linguagens da criança. A abordagem de Reggio Emilia na educação da primeira infância*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999. p. 113-127.

SOARES, M. **Letramento: Um tema em três gêneros**. 2ª Ed. Belo Horizonte, Autêntica, 2006.